

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PARTÍCULA *QUE* ESTUDO DISTRIBUCIONAL

Valter Kehdi

O objetivo do presente estudo é uma tentativa de esclarecimento de problemas sintáticos relacionados com os períodos abaixo, em que figura a partícula *que*, nem sempre facilmente explicável:

- 1) Depois inventaram que o carro não podia mais rodar, de onde *que estava* (1)
- 2) Cícero, cônsul que foi, proferiu célebres discursos.
- 3) Poucos que sejam, sua força é considerável.
- 4) Por mais sagaz que sejas, o júri recusará tuas razões.
- 5) Há quatro dias que não o vejo.
- 6) Fazia quatro meses que estivera doente.
- 7) Fiquei alegre, tais foram as notícias (relacionando com As notícias foram tais, que fiquei alegre)

Observando a série de exemplos acima, constatamos a presença de um *que* posposto nos quatro primeiros, e um *que* que pode omitir-se nos três últimos. Essa característica formal nos levaria a concluir a existência de dois blocos, representados pelos dois grupos de frases. Todavia, uma análise mais minuciosa corrigirá essa primeira impressão, como tentaremos demonstrar ao longo deste ensaio.

Impõem-se, inicialmente, alguns esclarecimentos de ordem metodológica.

Utilizar-nos-emos da técnica de análise distribucional, não que a privilegiemos, mas estamos convencido de que, apesar de suas limitações (e qual o modelo lingüístico moderno que não as apresenta?), é um excelente meio para encaminhar a soluções ou mostrar a inaceitabilidade de certas soluções propostas. Também não rejeitamos as técnicas gerativo-transformacionais, mas, considerando que, no Brasil,

(1) — Nesta frase, preocupar-nos-emos apenas com o segundo *que*, já que o primeiro não oferece dúvidas.

as técnicas estruturalistas ainda não foram (totalmente) aplicadas ao Português, cremos que é um pouco prematuro (se não pretencioso) lançarmo-nos diretamente aos métodos de N. Chomsky, que têm sido aplicados (com sucesso, sem dúvida) em países, *cujas línguas já receberam uma descrição estruturalista* (o que não é o nosso caso)

Por falar em “limitações”, parece-nos oportuno citar o que diz Oswaldo Ducrot, no ensaio “Cadeia falada: a sintagmática”, que se encontra no volume *La linguistique: Guide alphabétique*, sob a direção de A. Martinet: (2)

“Por essas duas razões (o Autor refere-se aos problemas da representatividade do “corpus” e da coincidência dos resultados da análise distribucional com os resultados obtidos segundo outros métodos) o estudo das distribuições não poderá pretender à autonomia, e *ainda menos à exclusividade*.

Tais críticas não impedem, contudo, que se integre o estudo das distribuições na investigação lingüística” (p. 30) (3)

Assinalamos também que nos colocaremos numa perspectiva sincrônica, o que não significa uma rejeição da diacronia, mas, atualmente, parece-nos difícil distinguir o momento em que os dois eixos se interferem do momento em que isso não é possível.

Como última observação, baseamo-nos em frases enunciativas, numa tentativa de dar um caráter homogêneo à série de exemplos estudados; não nos esqueçamos de que as frases exclamativas e interrogativas, muitas vezes, são caracterizadas por uma sintaxe particular.

Feitas essas observações, passemos ao exame do período n.º 1), que, por simplificação, será indicado da seguinte forma:

“(.) o carro não podia mais rodar, de *podre* que estava”
(Rego, J Lins do — *Fogo Morto* (3a. parte — IV), in Cândido, A. & Castello, J. A. — *Presença da Literatura Brasileira* (vol. III), Difel, São Paulo, 1964, p. 262).

De início, poderíamos pensar tratar-se de um exemplo de período composto por subordinação consecutiva, já que se subentende antes do adjetivo *podre* um advérbio de intensidade, como *tão*. As duas orações seriam: “() o carro não podia mais rodar, de (tão) *podre*” (oração principal) e “que estava” (or. subordin. adv. consecut.).

(2) — Martinet, A. dir. — *La linguistique: guide alphabétique*. Paris, Éd. Denoël, 1969 (Coll. Guides Alphabétiques Médiations).

(3) — Permitimo-nos traduzir o trecho em questão. Os grifos são nossos.

Contudo, um exame mais atento dos períodos compostos de oração consecutiva vai nos mostrar a impossibilidade dessa análise. Tomemos o período:

“Ele é tão inteligente, / que surpreende”, onde não há dúvida de que a primeira oração é a principal, e segunda, subord. adv. consecutiva.

Constatamos que, nesse caso, o advérbio intensivo *tão* funciona no primeiro constituinte (primeira oração), e a conjunção consecutiva, no segundo constituinte (segunda oração); entre os dois constituintes, há uma pausa, indicada na escrita pela vírgula, e na emissão oral, por uma interrupção na entonação.

Caso o período nº 1) contenha uma consecutiva, deverá apresentar as mesmas características (intensivo e conjunção consecutiva em constituintes diferentes, separados por pausa) Verifiquemo-lo (subentendendo sempre antes do adjetivo *podre* o intensivo *tão*):

*(. .) o carro, *de podre*, não podia mais rodar, *que estava*. (4)

*(. . .) *de podre*, o carro não podia mais rodar, *que estava*.

(. .) o carro, *de podre que estava*, não podia mais rodar.
(frase aceitável)

(.) *de podre que estava*, o carro não podia mais rodar.
(frase aceitável)

Ora, notamos que as expressões *de podre* e *que estava* formam um todo, constituindo o que se chama *uma construção* (no sentido da gramática distribucional, de grupo pertinente (coeso) de palavras ou morfemas) (4.^a) Ademais, não se verifica pausa entre as duas expressões constituintes da construção (nem na escrita, nem na emissão oral)

Esses dois fatos são suficientes para mostrar que não estamos diante de um caso de subordinação consecutiva. Temos, aqui, um exemplo palpável de como a técnica distribucional, se não fornece a solução, pelo menos pode encaminhar a ela, descartando as falsas soluções.

Tomemos, novamente, o mesmo período, omitindo a preposição que antecede o adjetivo:

“(.) o carro não podia mais rodar, (de) *podre que estava*”
(frase aceitável)

(4) — O asterisco que precede uma frase indica que a mesma é inaceitável.

(4a) — Cf. Gleason, H. A. — *Introduction à la linguistique* (trad. Françoise Dubois-Charlier) Paris, Libr. Larousse 1969, p. 108.

Não houve alteração de sentido (nem mudança de entonação), o que nos leva a concluir que a preposição é um elemento facultativo.

Com a permutação do adjetivo, obtemos:

“(...) o carro não podia mais rodar, que estava podre”, frase igualmente aceitável, sem alteração de sentido com relação à forma anterior (lingüística e não estilisticamente), nem mudança de entonação.

Ora, nesta altura, podemos considerar o constituinte “que estava podre”, como uma oração subord. adjet. explicativa, perfeitamente dispensável, e, se presente, separado por pausa. Seu sentido adverbial causal não deve surpreender-nos, pois, como bem observa Evanildo Bechara, “a oração adjetiva não denota apenas uma qualificação do antecedente, mas ainda pode adquirir sentido de *fim, condição, causa, conseqüência, concessão* ou *sentido adversativo*: (5) (segue-se uma série de exemplos)

Obs.: Note-se que as orações subordinadas adjetivas, quando apresentam também sentido adverbial, vêm, geralmente, marcadas por um traço formal específico.

No exemplo em questão, a presença da preposição *de* antes do adjetivo, o que contribui para dar ao sintagma o valor causal (6); no primeiro exemplo citado por E. Bechara:

“O general mandou parlamentares que *pedissem* tréguas” (Bechara, E. — *op. cit.*, p. 282), o uso do subjuntivo depois do pronome relativo.

Com relação ao período acima, temos, ainda, a notar a antecipação do predicativo do sujeito (“(de) podre”), fato não muito raro quando o sujeito é um pronome relativo, como no seguinte exemplo:

“Comunicaram isso ao padre Martinho *capelão* que nesse tempo era do Recolhimento” (7)

(5) — Bechara, Evanildo — *Moderna Gramática Portuguesa*. 10. ed. São Paulo, Comp. Editora Nacional, 1966, p. 282.

(6) — Cf. Dias, A. Epifânio da Silva — *Sintaxe Histórica Portuguesa*. 4. ed., Lisboa, Livr. Clássica Edit., 1959 (§ 52 a, Obs. (p 60) e § 171 (p. 129).

(7) — Oiticica, José — *Manual de Análise*. 9. ed. ref. Rio de Janeiro, Livr. Francisco Alves, 1950, p. 232, onde se encontra uma quantidade considerável de exemplos de casos variados de antecipação, e para o qual remetemos o leitor interessado. É de se lamentar, contudo, que o prof. Oiticica misture casos de antecipação obrigatória com casos de antecipação facultativa (recursos estilísticos), sem contar alguns casos de análise discutível.

Com relação aos períodos n.ºs 2) 3) e 4), citados no início deste trabalho, verificamos que se trata do mesmo caso de antecipação do predicativo do sujeito:

- 2) Cícero, cônsul que foi, proferiu célebres discursos.
- 3) Poucos que sejam, sua força é considerável.
- 4) Por mais sagaz que sejas, o júri recusará tuas razões.

Entretanto, é preciso assinalar que não se trata do mesmo *que*, pronome relativo, em todos os casos. Nos períodos n.ºs 3) e 4), os constituintes “poucos que sejam” e “por mais sagaz que sejas” são exemplos de orações subordinadas adverbiais concessivas, ao passo que no período n.º 2), “cônsul que foi” é um exemplo de oração subordinada adjetiva explicativa.

Esse fato pode ser constatado formalmente, pois o *que* do n.º 2) é seguido de verbo no indicativo (*foi*), enquanto que o *que* dos n.ºs 3) e 4) é seguido de verbo no subjuntivo (*sejam* e *sejas*, respectivamente); não há possibilidade de emprego do indicativo nestes últimos, e nem de emprego do subjuntivo no n.º 2)

No período n.º 4), pretendem alguns gramáticos (dentre os quais, Sousa da Silveira e Martinz de Aguiar — cf. E. Bechara — *op. cit.*, p. 283) que a partícula *que* seja um pronome relativo. Todavia, essa análise é impropriedade, como o demonstra a técnica da comutação; comparem-se os exemplos:

- | | |
|---------------------------------------|-------------------|
| “Por mais sagaz que sejas, | /o júri recusará. |
| “Por mais que argumentes com talento, | /o júri recusará. |

Sendo os dois constituintes à esquerda comutáveis entre si, apresentando elementos comuns e podendo pospor-se ao constituinte da direita, são equivalentes sintaticamente e não é possível considerar o primeiro *que* pronome relativo, pois o segundo (“por mais *que* argumentes com talento”) nunca o poderia ser. Dada a equivalência sintática dos dois períodos, conseqüentemente temos que considerar, nos dois casos, o *que* como fazendo parte da locução conjuntiva concessiva *por mais que*, a qual se apresenta como um constituinte descontínuo no primeiro exemplo: “por mais. que”

Passemos, agora, à análise dos períodos de n.ºs 5) e 6):

- 5) Há quatro dias que não o vejo.
- 6) Fazia quatro meses que estivera doente.

Informa-nos E. Bechara, em suas *Lições de Português pela Análise Sintática*, que, sob o modelo de períodos como “Agora que

tudo está certo vou embora”, “() desenvolveu-se o costume de se acrescentar a palavra *que* depois de expressões que denotam ‘desde que tempo uma coisa acontece’, reduzida a simples palavra de realce temporal:

Desde aquele dia *que* o procuro” (8)

Assinala o referido Autor que, paralelamente, os verbos *haver* e *fazer*, com sentido temporal, são freqüentemente seguidos da conjunção *que*, a qual adquire, “por contacto, a idéia de tempo, com valor aproximado de ‘desde que’:

Há quatro dias *que* não o vejo.

Fazia quatro meses *que* estivera doente” (8)

Resta provar o parentesco formal dessas três expressões temporais.

Observamos, nas três, as possibilidades de omissão (facultativa) da partícula *que* e de permutação do constituinte que exprime tempo (caso em que a omissão da partícula é obrigatória):

Desde aquele dia (que) o procuro.

Procuro-o desde aquele dia.

Há quatro dias (que) não o vejo.

Não o vejo há quatro dias.

Fazia quatro meses (que) estivera doente.

Estivera doente fazia quatro meses.

Portanto, formalmente, as três expressões se irmanam.

Um breve comentário sobre a solução analítica proposta para os períodos com os verbos *haver* e *fazer*: E. Bechara considera o constituinte iniciado por *há/faz* como uma oração subord. adverbial temporal justaposta; o constituinte iniciado por *que* corresponde à oração principal. A presença da partícula *que*, facultativa, na oração principal, explicar-se-ia pelo fato de que “o *que* () reduzido a simples palavra memorativa, relembra, na oração principal, a partir de que fato se faz alusão ao tempo na subordinada anterior” (9)

Outros gramáticos (dentre os quais, Adriano da G. Kury) vêm no *que* uma conjunção integrante, considerando a oração por ele in-

(8) — Bechara, E. — *Lições de Português pela Análise Sintática*. 10. ed. rev. Rio de Janeiro, Grifo, 1976 (Col. Littera nº 10), p. 139.

(9) — *Id.* — *ibid.*, p. 140.

troduzida como subord. substantiva subjetiva, e os verbos *haver* e *fazer* com os significados de “ter/durar/completar” (10)

Essa interpretação pode ser refutada por meio de argumentos de caráter formal; tomemos alguns exemplos de orações subord. substantivas subjetivas, introduzidas por *que*:

Importa *que todos vejam isto*.
Cumpra *que ninguém saia*.
É bom *que cada qual se previna*.

Nesses períodos, a anteposição da subordinada (sem o conectivo) é inaceitável:

* (Que) *todos vejam isto* cumpre.

Além disso, nos períodos de *haver* e *fazer* de caráter temporal, a omissão do *que* resulta em frases perfeitamente aceitáveis, ao passo que, no caso das subord. subst. subjetivas, a omissão da conjunção integrante resulta em frases inaceitáveis:

Cumpra *que ninguém saia*.
*Cumpra *ninguém saia*.

Maximino Maciel, em sua *Gramática Descritiva*, vê nas formas do verbo *haver* (em expressões temporais) um exemplo de gramaticalização (11); a forma *há* equivaleria a uma preposição, como, p. ex., *desde*:

Não o vejo *há* quatro dias.
Não o vejo *desde* quatro dias.

Essa solução é, também, inaceitável, porque o processo de gramaticalização implica na passagem de um morfema lexical (nocional) a um morfema gramatical; ora, no exemplo em questão, *há* comuta com *faz* e pode receber modificadores adverbiais (característica verbal), como, p. ex., “Havia *já* quatro dias que não o via”

Retomemos o período em questão, o qual pode, também, ser construído por simples justaposição: “Não o vejo *há* quatro dias”

Sendo a justaposição um mero processo de conexão oracional (e não uma natureza sintática), resta provar se no período justaposto temos um caso de subordinação ou de coordenação.

(10) — Kury, A. da G. — *Lições de Análise Sintática*. 7. ed. São Paulo, Lisa 1973, p. 99.

(11) — Maciel, M. — *Gramática Descritiva*. 10. ed. Rio de Janeiro, Livr. Francisco Alves, 1926, p. 395.

Consideremos outro período justaposto, como, p. ex.: “Sacudi-a, ela foi pousar na vidraça”, e comparemo-lo com o anterior.

Em caso de coordenação, as orações que formam o período justaposto constituem enunciados que podem funcionar isoladamente:

“Sacudi-a. / Ela foi pousar na vidraça” (aceitáveis como enunciados independentes; portanto, coordenação).

Se se tratar de subordinação, estabelece-se entre as orações justapostas uma relação de determinação; apenas uma delas funciona como enunciado independente (determinado), sendo a outra o seu determinante:

Não o vejo. (enunciado independente (determinado))

* Há quatro dias. (inaceitável como enunciado independente; funciona como determinante de “Não o vejo”)

Portanto, “Não o vejo há quatro dias” é um exemplo de período subordinado justaposto, em que o elemento determinado corresponde à oração principal, e o determinante, à subord. adverbial temporal.

Isso nos leva a concluir que a solução proposta por Bechara é a mais condizente com os fatos; considerar que a oração iniciada por *que* é a subord. adverbial temporal, e a outra, a principal (como o fazem S. Ali e Epifânio Dias), é adotar uma solução falsa, visto que, na construção justaposta correspondente, a principal apareceria como determinante, e a subordinada como determinado, quando é o inverso que é válido.

Finalmente, consideremos o último período proposto:

“Fiquei alegre, tais foram as notícias” (12)

Segundo o prof. Oiticica, temos, aqui, “um período composto por correlação em que a correlata consecutiva aparece em primeiro lugar, mascarada de principal, pois, mercê da inversão, perdeu a conjunção correlativa *que*:

‘As notícias foram *tais*, *que* fiquei alegre’ ” (12)

As considerações acima, a respeito da natureza dos períodos justapostos, levam-nos a constatar que “Fiquei alegre, tais foram as notícias” é período subordinado, pois, se “Fiquei alegre” funciona como enunciado independente (determinado), “Tais foram as notícias” é, no exemplo em questão, um determinante.

(12) — Ex. extraído de: Oiticica, J. — *Teoria da Correlação*. 2. ed. Rio de Janeiro, Org. Simões, 1962 (Col. “Rex”), p. 47.

Obs.: “Tais foram as notícias” pode ser um enunciado independente, se *tais* tiver valor demonstrativo (= “essas”); no período examinado, *tais* tem valor indefinido (= “tão boas/gradáveis/ ”), o que só é possível se todo o segmento estiver ligado a um segmento antecedente.

Poderíamos pensar que há um paralelismo entre períodos como “Há quatro dias que não vejo” e “As notícias foram tais, que fiquei alegre”. Contudo, um exame atento dos dois, permite-nos verificar diferenças importantes entre eles:

1) No caso de “Há quatro dias que não o vejo”, o *que* é facultativo; em “As notícias foram tais, que fiquei alegre”, o mesmo não acontece;

2) É aceitável o deslocamento da oração temporal, caso em que o *que* é obrigatoriamente dispensável; já uma construção como “Fiquei alegre, as notícias foram tais” é inaceitável.

Todavia, não há dúvida de que há uma relação entre as construções “As notícias foram tais, que fiquei alegre” e “Fiquei alegre, tais foram as notícias”, que poderia ser demonstrada através da aplicação de regras de transformação sucessivas (de acordo com as técnicas gerativo-transformacionais), que especificariam melhor e aprofundariam a interpretação de Oiticica.

Concluindo, podemos afirmar que a observação atenta do comportamento lingüístico dos elementos dos 7 períodos propostos levou-nos a constatar diferenças importantes entre eles e a separá-los em três blocos:

a) Os períodos de nºs 1), 2), 3), e 4) apresentam um *que* obrigatório (13) e um predicativo do sujeito anteposto;

b) Os períodos de nºs 5) e 6) apresentam um *que* facultativo;

c) O período de nº 7) relaciona-se, indiretamente, com outro, em que a partícula *que* pode, também, tornar-se facultativa, mediante uma série de transformações, a serem ainda especificadas.

(13) — Embora a partícula *que* não seja a mesma nas quatro frases, dadas as diferenças de contexto (indicativo/subjuntivo)